O(A) PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS REFLEXÕES

LILIANE HIROMI KUSHIMIJO MATHEUS

RESUMO

A presença do(a) professor(a) é essencial para guiar o indivíduo na evolução das crianças ao longo do desenvolvimento do seu trajeto na instituição de ensino. No entanto, o(a) professor(a) enfrenta problemas que podem implicar na maneira como se dará o aprendizado dos seus alunos. Visando chamar a atenção para as dificuldades no educar de crianças até 5 anos, o presente trabalho tem como objetivo explanar algumas atribuições dos educadores e alguns problemas fundamentais enfrentados pelo(a) professor(a) do sistema educacional infantil.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Infantil; Professor(a); Desafios.

1. INTRODUÇÃO

Além de ser um direito, a Educação, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205 confere como dever do Estado e da família promover e incentivar “meios para que todos os indivíduos possam aperfeiçoar suas habilidades particulares, sua capacidade de criação, ampliação da cultura e interação social, estruturando, desta maneira, a construção do caráter e do pensamento crítico desde muito cedo.” Portanto, a presença do professor é essencial para guiar o indivíduo na sua evolução ao longo do desenvolvimento do seu ser na instituição de ensino.

Apesar de grandes transformações envolvendo a educação durante muitos anos (KUHLMAN JR., 2011), foi somente em 1996, que foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN): primeira diretriz direcionada à educação no Brasil. No documento a educação infantil é tratada como o primeiro segmento da Educação Básica nas quais crianças de 0 a 5 anos de idade são educadas e cuidadas em âmbitos estabelecidos pelo Estado, como creches e pré-escolas (BRASIL, 1996).

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDBN 9394, 1996).

Ao longo dos anos a concepção sobre a criança mudou também: deixou de ser o ser humano sem direitos, sem deveres e sem voz para um importante membro da família e indivíduo fundamental no progresso da sociedade. Hoje, a criança é definida como um indivíduo em desenvolvimento que possui história e direitos, que usufrui de estímulos para estruturar sua cultura e identidade individual e social (BRASIL, 2013).

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Assim, ao se tornar para a criança, o(a) primeiro(a) educador(a) fora do ambiente doméstico, o(a) pedagogo(a) precisa observar e compreender as dificuldades e/ou necessidades das crianças e oferecer estímulos para que a criança possa se desenvolver individualmente e no seu presente meio social. Para tamanho desafio, a LDBN

9394/96, no Art. 62, aponta que somente profissionais pedagogos(as) graduados(as) em universidades possuem o conhecimento para atuar no primeiro segmento da educação básica (BRASIL, 1996).

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal.

Neste contexto, muitos debates sobre a educação infantil e o(a) pedagogo(a), giram em torno dos temas entre a capacidade e qualificação do(a) professor(a) e das propostas pedagógicas no desenvolvimento das crianças durante a educação básica. Contudo, há diversos fatores que influenciam tanto no aprendizado, por parte dos infantes, quanto no ensinamento, por parte dos(as) educadores(as), que necessitam urgentemente de uma reflexão cuidadosa. Visando contribuir para a reflexão da sociedade diante das dificuldades no educar das crianças até 5 anos, o presente trabalho tem como objetivo explanar desde a perspectiva do(a) educador(a) sob algumas atribuições dos(as) educadores(as) e três, dentre muitos, problemas fundamentais enfrentados pelo(a) professor(a) no sistema educacional infantil: a desvalorização, número de crianças por sala e estresse.

2. O(A) PROFESSOR(a) E A DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Introduzida na LDBN 9394/96, como primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil passou a ter documentos oficiais que direcionam o fazer pedagógico e ainda, programas de formação continuada para que professores(as) possam aprimorar as experiências ofertadas aos bebês e crianças. Diante disso, Nunes, Corsino e Kramer (2011) destacam que estar em exercício em centros de educação infantil e pré-escolas requer, das(os) profissionais, conhecimentos sobre: o desenvolvimento infantil, as questões curriculares e pedagógicas, a função cultural e social da creche e da escola, relevantes para a elaboração de propostas pedagógicas, a organização do tempo e espaço, planejamento e registro de atividades, acompanhamento de cada criança e dos projetos realizados, a relação com as famílias e comunidade e os aspectos complexos que demandam formação. Deste modo, apresentaremos a seguir, os eixos norteadores do(a) professor(a) de Educação infantil.

2.1. NORTEAMENTO DO(A) PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL

É inegável que a formação inicial do ser humano é um enorme desafio. O(A) profissional educador(a) tem, entre suas responsabilidades, ser o(a) mediador(a) entre a angustiosa saída do âmbito familiar para adentrar centros de educação infantil ou pré-escola, um ambiente desconhecido, com outras crianças desconhecidas, mas fundamental para seu crescimento cultural, social e intelectual. Para tanto, em 1998, o Ministério da Educação e do Desporto lançou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil objetivando nortear profissionais da educação inicial no desenvolvimento cognitivo e social da criança por meio de atividades integrativas ou individuais (BRASIL, 1998).

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

Uma vez acolhido na instituição, o(a)

educador(a) inicia a criança em sua jornada para desenvolver suas habilidades individuais e sociais. Na atualidade, a preocupação neste segmento educacional consiste em dar voz e escuta aos bebês e crianças, trazendo-os ao protagonismo, como seres produtores de conhecimento e cultura. Corsino elucida: “Toda a criança é sujeito ativo e nas suas interações está o tempo todo significando e recriando o mundo ao seu redor. A aprendizagem é a possibilidade de atribuir sentido às suas experiências.” (CORSINO, 2009, p. 117).

Desta maneira, compete a(o) educador(a) elaborar, desenvolver e proporcionar vivências para a evolução gradativa da identidade, criatividade, compreensão, aprendizado, raciocínio e lógica da criança e dos bebês, promovendo experiências de aprendizagem. Tais atividades são realizadas através de, por exemplo, brincadeiras, imitação, oposição e linguagem, sempre mantendo a interação entre seus pares e entre adultos também (BRASIL, 1998). Passaremos brevemente pelos temas do brincar e da linguagem para melhor elucidação.

2.2. Brincar

A brincadeira é uma poderosa ferramenta no crescimento da criança em todos os sentidos. No meio fantasioso ou não, a brincadeira estimula a socialização, individualidade, independência, capacidade motora, argumentação, disciplina, criatividade, pensamento, raciocínio, limite e seriedade quando a brincadeira deixa de ser brincadeira.

O brincar, para Kishimoto (2010) deve ser a ocupação primordial do cotidiano infantil e é importante, pois:

“[...] dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens.” (KISHIMOTO, 2010, P. 01).

Além do brincar, a interação é outro eixo norteador das práticas pedagógicas, não sendo possível pensar no brincar sem as interações: com o(a) professor(a), com as crianças, com os brinquedos e materiais, com o ambiente e a natureza e as interações entre família, criança e instituição. (KISHIMOTO, 2010, p.03).

O papel do(a) educador(a) é ser o(a) mediador(a), uma vez que a criança ainda não possui totalmente o poder de discernir o melhor para todos os envolvidos, além de contribuir com as atribuições da criança oferecendo materiais e organização para a realização da brincadeira (BRASIL, 1998).

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem.

Somado a isso, o educador também tem a oportunidade de observar as crianças ao longo das experiências para melhor avaliá-las.

2.3. LINGUAGEM

Provavelmente a linguagem é a estrutura de maior importância no desenvolvimento da criança. Todas as interações sociais e individuais serão compreendidas, argumentadas e expressadas de acordo com a evolução da linguagem da criança. A família, em conjunto do(a) educador(a), tem o dever em auxiliar e estimular a criança a ampliar e apri-

morar, o estudo e o uso correto da linguagem. Bissoli (2014) defende que:

"Para compreender a importância efetiva do meio e das pessoas como fonte do desenvolvimento psíquico em geral e, especialmente aqui, do desenvolvimento da linguagem, cabe recordar o fato de que, desde o princípio, ainda que a criança balbucie ou mesmo que não articule as palavras, o adulto deve falar com ela com uma linguagem gramatical e sintaticamente desenvolvida, com um rico vocabulário, com temas interessantes e enriquecedores de suas relações com o mundo das pessoas e com o mundo dos objetos." (BISSOLI, 2014, p.847).

Dessa maneira, a criança pode, por meios interativos ou didáticos, crescer culturalmente, além de cada vez mais ser capaz de raciocinar e formar sua opinião (BRASIL, 1998).

É na interação social que as crianças são inseridas na linguagem, partilhando significados e sendo significadas pelo outro. Cada língua carrega, em sua estrutura, um jeito próprio de ver e compreender o mundo, o qual se relaciona a características de culturas e grupos sociais singulares. Ao aprender a língua materna, a criança toma contato com esses conteúdos e concepções, construindo um sentido de pertinência social.

Essas são algumas dentre muitas atividades para auxiliar o(a) educador(a) a observar e estimular o desenvolvimento das crianças. Mas, diversas dificuldades são apresentadas aos educadores durante o percurso do desenvolvimento da criança, que podem implicar diretamente na função do(a) educador(a). A criança é a protagonista e deve ser tratada como tal, porém o(a) educador(a) como formador(a) da criança também é essencial na formação de qualquer ser humano e, para tanto, precisa de respaldo financeiro, legal e psicológico para proporcionar ao protagonista, no caso a criança, um educar com ainda mais qualidade.

Apesar de compreender que os(as) professores(as) são responsáveis pela formação de todos os outros profissionais, seja de qualquer área, este(a) profissional sofre com situações de questionamento, desequilíbrio, e valorização extremamente comprometida (SANTOS, 2015). Dessa maneira, cito alguns problemas enfrentados rotineiramente pelo(a) educador(a) com o propósito de um melhor entendimento da perspectiva do(a) professor(a).

3. PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS(AS) PROFESSORES(AS) DENTRO E FORA DA SALA

3.1. VALORIZAÇÃO

Devido à tamanha responsabilidade e contribuição na formação do ser humano desde seus primeiros anos de vida sua remuneração deveria ser a maior dentre as profissões, se não uma das maiores, porém, infelizmente, isso não acontece. Os(as) educadores(as) são recompensados(as) com piso salarial menor do que muitas outras profissões. Essa desvalorização econômica atinge não somente sua renda familiar, mas também, as próximas gerações, que no momento de escolherem suas carreiras acabam por desanimar da pedagogia ao perceber que um profissional doa tanto de si e é mal recompensado.

Não é incomum indivíduos escolherem suas carreiras com base na remuneração. Contudo, há também outra atratividade que a profissão de educador(a) é defasada e com isso, afasta ainda mais os interessados dos ensinamentos pedagógicos: o (des)prestígio da profissão.

O prestígio do profissional da educação pode até mesmo causar uma desqualificação ou dúvida sobre sua profissão, conduta, ou caráter individual. Embora o desprestígio da profissão seja notório, a confirmação foi apresentada em 2018, na pesquisa publicada pela Fundação Varkey, intitulada Global Teacher Status Index (Índice Global do Prestígio dos

Professores), com o objetivo de mensurar o prestígio dos professores no mundo, o Brasil ocupou a última posição, estando abaixo dos países sul-americanos: Argentina, Colômbia, Peru e Chile. A pesquisa ainda apresenta dados alarmantes: os brasileiros avaliaram o próprio sistema educacional com nota 4,2, uma das piores notas dentre todos os países. Somente 1 entre 10 brasileiros acredita que os alunos respeitam os(as) professores(as). O(a) professor(a) trabalha mais horas do que a população brasileira acredita e a profissão docente seria uma das últimas a ser escolhida entre os brasileiros.

Para os brasileiros, os professores são vistos como bibliotecários e assistentes sociais. Com esses resultados percebe-se a deterioração ao longo dos anos, entre a real figura e importância do(a) professor(a) e o conhecimento e concepção da sociedade diante deste profissional educador(a) (DOLTON et al., 2018).

A situação é grave e há outros fatores que podem pesar na decisão entre escolher ou não a pedagogia. Provavelmente, uma maior recompensa salarial, seria um começo de reestruturação da imagem do professor e do prestígio da profissão.

3.2. NÚMERO DE CRIANÇAS E BEBÊS

Embora toda criança tenha direito à educação, não há garantia que a mesma irá receber os ensinamentos com qualidade. E uma enorme parte dessa questão está relacionada com o número de alunos em sala de aula por professor.

É importante entender que cada ser humano é singular e mesmo antes de nascer a criança já possui um passado, uma cultura a ser seguida, deveres e obrigações a serem aplicadas e cumpridas. Além disso, cada criança é apresentada a um cotidiano diferente fora da instituição educacional (BRASIL, 1998).

Assim é possível que, por exemplo, em uma mesma cidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças pequenas dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte. Boa parte das crianças pequenas brasileiras enfrentam um cotidiano bastante adverso que as conduz desde muito cedo a precárias condições de vida e ao trabalho infantil, ao abuso e exploração por parte de adultos. Outras crianças são protegidas de todas as maneiras, recebendo de suas famílias e da sociedade em geral todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

Dessa maneira, independentemente da criança e sua realidade, todas são reunidas em uma sala com um(a) educador(a). É verídico que a proporção aluno/professor seja de 1:1 é impossível, não há profissionais na rede pública suficiente para ensinar a criança de modo individual. Todavia, não é preciso uma observação ou reflexão profunda para perceber que o número de alunos em sala de aula é excessivo em todos os segmentos da educação. No artigo 25 da LDB 9394/96, o número de alunos por professor era responsabilidade da instituição de ensino.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetros para atendimento do disposto neste artigo.

Somente em 2012, a Comissão de Educação aprova o projeto de do senado 504/2011, no qual limita o número de alunos da pré-escola e ensinos fundamental e médio.

Art. 1º O parágrafo único do art. 25 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 25

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetros para atendimento do disposto no caput deste artigo, assegurado que o número máximo de alunos por turma não exceda a:

I – vinte e cinco, na pré-escola e nos dois anos iniciais do ensino fundamental;

II – trinta e cinco nos anos subsequentes do ensino fundamental e no ensino médio.

Embora um limite tenha sido estabelecido, a proporção 25:1, ainda é excedente. Algumas instituições do ensino infantil são conscientes disso e diminuem o número para a metade desse número. Uma sala lotada afeta diretamente crianças e professores(as) desde o acolhimento, organização e condução das crianças e bebês até a aplicação das atividades e novamente a organização e condução para a saída dos infantes. Na educação infantil é comum situações de choro por parte das crianças e dos bebês e euforia ou desavenças ao encontrar amigos e familiares. Em uma sala com 25 crianças interagindo, percebe-se difícil para qualquer profissional aplicar seu trabalho com excelência. Tanto na educação infantil como nos demais segmentos da educação é constante o apelo da atenção dos alunos pelos professores requerida para a lista de presença ou a explicação da disciplina envolvida.

3.3. ESTRESSE

O estresse é um ato fisiológico que se apresenta em situações de perigo ou ameaça, alterando o estado físico, emocional, e da percepção do indivíduo. A exposição constante desse mal resulta em degradação da saúde e má qualidade devida (BRASIL,2015).

O estresse no trabalho não é exclusividade do(a) professor(a), embora a maioria dos indivíduos que precisam lidar com alguma responsabilidade esteja sujeito a esse mal, o estresse do(a) docente muitas vezes é despercebido, escondido ou encarado de uma maneira pejorativa.

Durante sua formação, professores(as) são preparados para um modelo de aula que provavelmente não condiz com a verdadeira realidade na qual o(a) profissional irá enfrentar. Na graduação os problemas recorrentes do dia a dia da sala de aula, geralmente, se limitam a discussões em grupo ou trabalhos acadêmicos, e assim se o aprendiz não tem a oportunidade do verdadeiro contato com a realidade em sala de aula. Não incomum, a primeira experiência vivida por parte dos(as) futuros(as) formandos(as), desde a perspectiva do(a) professor(a) e não mais do aluno, é durante o estágio. Provavelmente, o primeiro conflito sobre o que se aprendeu e o que de fato acontece em uma instituição de ensino pode contradizer a expectativa ideológica do(a) futuro(a) pedagogo(a). Diante disso, se o ideal não está sendo praticado, o(a) professor(a) estagiário(a) se propõe a tentar mudar essa realidade e de alguma maneira tenta interferir no trabalho da(o) professora(r) titular, sendo o(a) estagiário(a) é impedido e/ou recebe desaprovação da mesma.

Assim, ao perceber a realidade que o(a) acomete contradiz suas perspectivas, ideologias, expectativa e ansiedade se convertem em frustração. Em curto tempo a frustração se converte em aceitação e por fim o(a) pedagogo(a) pode passar a ver suas aulas como mais uma obrigação remunerada. A reprodução do “mais do mesmo”.

Além do fator ideológico, outro fator estressante ao educador(a) da rede pública são seus primeiros anos de docência, nos quais alguns são mandados a escolas extremamente longe de suas residências apenas para cumprir o período probatório. Os ônibus, metrô e trem são os meios de transporte mais utilizados pela população para chegar ao trabalho. E normalmente, estes meios de transporte são superlotados, tanto dentro do

vagão quanto nas plataformas, ao ponto da porta automática ter dificuldade em fechar. A situação se agrava quando o(a) professor(a) é mandado(a) para uma instituição longínqua e necessita utilizar todos os meios mais de 2, 3 ou 4 vezes ao dia. O preço caro das passagens e estar em um ambiente assustadoramente apertado, desgasta ainda mais o(a) profissional, que deve chegar na instituição e enfrentar um cotidiano cada vez mais ameaçador.

Após seu choque com a realidade nos primeiros dias e seu percurso diário até a unidade educativa, o(a) educador(a) enfrenta o mau comportamento de crianças que ao longo dos anos vem piorando de maneira assustadora. Compreensivelmente, algumas dessas crianças apresentam comportamentos inadequados ou diferentes por se tratar de alguma patologia ou limitação, e há uma outra parte que é tida como respeitadora do(a) professor(a). Entretanto, algumas crianças, desde muito pequenas, apresentam comportamentos inadequados, desafiadores e algumas vezes, agressivos.

As causas de tais comportamentos agressivos vão além da sala de aula, contudo, o(a) educador(a) sofre com os atos provindos de crianças agressivas, porém, as consequências deste problema se refletem e prejudicam no ensinar e no aprendizado do sistema educacional inteiro. Não por acaso, publicado em 2014, uma parceria internacional com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o Instituto Nacional de Estudos (OCDE) e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstraram na Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS – Teaching and Learning International Survey), feita com 34 países, dados extremamente preocupantes (OECD, 2014).

Os professores brasileiros são os que declaram passar mais tempo mantendo a ordem em sala de aula (19,8%) entre todos os professores participantes da pesquisa.

Também é no Brasil que se observa o maior percentual médio de tempo gasto com tarefas administrativas em sala de aula, por exemplo, registrando frequência, distribuindo informativos e formulários da escola (12,2%) . No ano de 2008, esse posto era ocupado pelo México, que conseguiu reduzir essa proporção em quatro pontos percentuais.

No Brasil, mais de um terço dos professores (34%) estão em escolas cujos diretores afirmam que verificam intimidação ou ofensa verbal entre os alunos semanalmente. Esse é o maior percentual verificado entre os países participantes da pesquisa.

O Brasil (12%) e o México (13%) apresentam também o maior percentual com relação à frequência de ocorrências de vandalismo e furto.

É verídico que a violência contra um ser vivo é uma questão social sendo responsabilidade de todos buscar o debate para solucionar esse problema. Tendo em comparação aos outros problemas aqui citados, provavelmente, a violência contra o(a) professor(a) é o fator estressante de maior gravidade enfrentado por esta profissão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora sua importância na sociedade seja indiscutível, o(a) professor(a) de ensino infantil no Brasil sofre com diversos problemas dentro e fora das salas. No entanto, o(a) pedagogo(a), mesmo não encontrando respaldo legal, psicológico, social e financeiro continua seu engajamento no educar de todos os seres humanos, em todas as idades, em todas as sociedades.

Promover discussões, debates e conscientização sobre a relevância deste profissional e desta profissão é fundamental para que famílias e profissionais da educação não se enxerguem como inimigos, muito pelo contrário, a parceria entre família e es-

cola, com o devido suporte da equipe gestora e demais superiores, provocam mais do que bons números em índices avaliadores da educação: a garantia da qualidade no atendimento às crianças é o principal beneficiador desta parceria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DA

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referencial curricular nacional para a educação infantil - Formação Pessoal e Social. Brasília: [s.n.]. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Diretrizes

Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: [s.n.], 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO D A SAÚDE. Estresse. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em--saude/2068-estresse>. Acesso em: 18 maio. 2019.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf

BRASIL. SENADO FEDERAL. Projeto de Lei do Senado PLS 504/2011. Altera a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - para assegurar que o número máximo de alunos por turma nas escolas não exceda a vinte e cinco, na pré-escola e nos dois anos iniciais do ensino fundamental, e trinta e cinco nos anos subsequentes, do ensino fundamental e no ensino médio. Disponível em; https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3790561&ts=155328310436 6&disposition=inline

DOLTON, P. et al. GLOBAL TEACHER STATUS INDEX 2018. London: [s.n.]. 2018.

Disponível em: <www.varkeyfoundation.org.>.

KUHLMAN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação, 2011.

OECD. TALIS 2013 results: an international perspective on teaching and learning. [s.l: s.n.].

SANTOS, W. A. Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor. Sapere Aude - Revista de Filosofia, v. 6, n. 11, p. 349–358, 2015.

NUNES, M. F.; CORSINO, P.; KRAMER, S. Educação Infantil: Formação de profissionais no Estado do Rio de Janeiro (1999-2009). Rio de Janeiro: Traço e Cultura, 2011.

CORSINO, Patrícia. Educação Infantil: Cotidiano e Políticas (org). Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, nov. 2010.

VYGOTSKY, Lev Semynovich. A Formação Social da Mente. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedoteca: Um mergulho no brincar. 4 ed. São Paulo: Aquariana, 2007.

BISSOLI, Michelle de Freitas. O desenvolvimento da linguagem oral da criança: contribuições da Teoria Histórico-Cultural para a prática pedagógica na creche. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.32, n.3, p.829-854, set/dez 2014. Disponível em:

https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175.../29911 Acesso em: 03/jun/2019.